

# *Empresários apontam reflexos negativos*

**São Paulo** — Desaceleração no processo de retomada econômica do país, taxas de juros mais elevadas, retração no crédito e realimentação da inflação, são os principais reflexos negativos que as medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) provocarão na economia brasileira, na opinião de empresários como Olavo Setúbal, Antônio Ermírio de Moraes, José Mindlin, Roberto Caiuby Vidigal, Albano Franco e Paulo Francini.

Para o presidente do Grupo Itaú, Olavo Setúbal, "o pacote do CMN visa retirar da área financeira uma parte da poupança que será desviada para o setor público, para cobrir déficits como os da previdência social, INPS, BNH, entre outros. Isto, sem dúvida, retardará o processo de retomada da economia que estava se iniciando". Setúbal acha que "as medidas fazem parte de uma política econômica ortodoxa que está sendo utilizada para levantar um véu sobre vários defeitos existentes na economia brasileira".

## **Conseqüências**

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco, disse que as medidas merecem uma análise mais detalhada, mas previu que "mais recessão do crédito, juros mais altos e uma inflação de custos mais elevada são apenas algumas das conseqüências". Albano vê, ainda, no pacote do CMN "um entrave que retardará a retomada do desenvolvimento econômico do país".

O empresário e presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), Roberto Caiuby Vidigal, definiu as medidas como "coerentes do ponto-de-vista monetário", mas prevê que elas "aumentarão os juros, reduzirão o crédito e trarão, sem dúvida, mais inflação. O Governo está buscando evitar um estouro na base monetária, mas isto trará prejuízos para o setor privado".

O vice-presidente da FIESP, Paulo Francini, reconhece mais um esforço do Governo no combate à inflação, mas coloca em dúvida que esse seja o caminho correto, pois as medidas, segundo ele, terão como reflexos imediatos, juros mais altos e menos recursos para o setor privado. Ele considera que elas poderão, ao contrário do que prevê o Governo, estimular a inflação.

José Mindlin, presidente da Metal Leve, considerou as medidas conflitantes, pois ao mesmo tempo em que poderão garantir maiores recursos ao Governo, impulsionarão as taxas de juros e, possivelmente, a inflação, além de impedirem que a retomada do desenvolvimento continue, embora num ritmo lento.

Tanto Francini como Mindlin, advertiram que a liberação da importação de alguns produtos representam um precedente perigoso para a indústria nacional. "Isto pode ser o início de um processo que venha a desestimular a substituição de importações que, até hoje, já apresentou resultados significativos, ou seja, acima de 4 bilhões de dólares", observou José Mindlin.

Antônio Ermírio de Moraes e Luís Eulálio Vidigal concordam que liberar importações, mesmo que de alguns produtos, é perigoso para o país. Eles entendem que não é através da liberação das importações que o Brasil irá retomar o caminho do desenvolvimento e defendem maior proteção à indústria nacional. Vidigal destacou que "o comércio internacional é uma via de duas mãos e alguma coisa tem que ser feita para que os importadores sintam que existe uma disposição em comprar e não só de vender".